

CRISE ECONÔMICA E DESONERAÇÃO DO IPI NOS JORNAIS BRASILEIROS: UM TERÇO DE HOMOGENEIDADE ENTRE OS JORNAIS GENERALISTAS

ECONOMIC CRISIS AND IPI EXEMPTION IN BRAZILIAN NEWSPAPERS: A THIRD OF HOMOGENEITY AMONG GENERALIST NEWSPAPERS

Vanildo Lisboa Veloso ¹

Resumo: Este trabalho analisa a cobertura jornalística da desoneração do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), entre julho de 2008 e junho de 2010, adotada pelo governo brasileiro, através da observação das editoriais de economia dos jornais: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico. O objetivo do estudo foi verificar se houve homogeneidade entre os conteúdos dos jornais utilizando para tal a análise de conteúdo categórico. Para a contextualização teórica discutimos o jornalismo econômico, crise econômica mundial e análise de conteúdo categórica. No desenvolvimento do trabalho observamos um terço de homogeneidade nas duas categorias de maior concentração para os jornais generalistas, maior heterogeneidade a partir da quarta posição de maior concentração e três categorias com conteúdo pouco abordado pelos jornais.

Palavras-chave: IPI. Jornalismo Econômico. Crise Econômica e Análise de Conteúdo.

Abstract: This paper analyzes the journalistic coverage of fiscal policies of exemption of the Tax on Industrialized Products (IPI), between July 2008 and June 2010, adopted by the Brazilian government, through the observation of the economics of the newspapers: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo and Valor Econômico. The objective of the study was to verify if there was homogeneity between the contents of the newspapers using for that the analysis of categorical content. For the theoretical contextualization we discuss economic journalism, world economic crisis and analysis of categorical content. In the development of the work we observed a third of homogeneity in the two categories of higher concentration for the generalist newspapers, greater heterogeneity from the fourth position of greater concentration and three categories with content little approached by the newspapers.

Keywords: IPI. Economic Journalism. Economic Crisis and Content Analysis.

¹ Mestre em Comunicação e Sociedade (2018) e graduado em Economia (2008) pela Universidade Federal do Tocantins, acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins em Palmas/TO. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4142-9056> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0594971270102296> . E-mail: vanildoveloso@gmail.com

Introdução

A crise econômica mundial com epicentro na crise do *subprime*, oriunda no mercado de hipotecas dos Estados Unidos, no ano de 2007 e que se tornou sistêmica e mundial no ano de 2008, encontra-se situada no capitalismo contemporâneo, com pressupostos neoliberais, caracterizada pela financeirização da economia.

O neoliberalismo é uma teoria de práticas político-econômica que se caracteriza pelo livre comércio, o livre mercado e direitos a propriedade privada. Neste contexto o papel do Estado seria criar as condições necessárias para essas práticas, o estado não deve ir além dessas tarefas, ou seja, intervir minimamente nos mercados. (HARVEY, 2008, p.3).

Conceituado neoliberalismo, faz-se necessário pontuar a financeirização do sistema capitalista para assim compreender a crise econômica em estudo, que se origina no sistema financeiro dos EUA. Conforme Fernandes (2009, p. 9) “o capitalismo contemporâneo tem se caracterizado pela ampliação da natureza financeira e fictícia da riqueza, pela demanda e conseqüente proliferação de ativos financeiros líquidos, bem como pela busca incessante por uma rentabilidade cada vez mais elevada”.

Neste cenário, de uma economia pautada no neoliberalismo e financeirizada, inicia-se a crise econômica deflagrada em 2007 nos Estados Unidos através das hipotecas *subprime*, tornando-se sistêmica e mundial a partir do segundo semestre de 2008. Sobre o *subprime* e sua relação com a financeirização, Grün (2011) aclara:

Os *subprimes* foram o instrumento que, ao mesmo tempo, possibilitava as aquisições e fomentava a emissão de novos papéis comercializáveis. E esses títulos, na verdade a sua multiplicação constante, são a verdadeira matéria-prima básica das finanças, a fonte principal dos lucros do setor nos países centrais, que são advindos das comissões sobre papéis transacionados (GRÜN, 2011, p.310).

A crise de 2008 e seus desdobramentos, alastrou pelo mundo de maneira intensa e rápida. Ela originou-se no sistema hipotecário de alto risco dos EUA, tornando-se uma crise global, com efeitos expressivos na economia real. (SILVA; FONSECA NETO, 2014, p. 266).

Posto isso, e ciente da generalização da crise econômica em setembro de 2008, o governo brasileiro utilizou-se de várias medidas que abarcaram a ampliação da oferta de crédito, ampliação dos recursos para o Plano Safra, antecipação do reajuste do salário mínimo, modificação da tabela do imposto de renda, ampliação da abrangência do programa Bolsa Família, seguro desemprego ampliado para sete semanas, preservação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), redução da meta de superávit primário em 2009, desoneração fiscal do IPI, entre outros. (MERCADANTE, 2009; IPEA, 2009; TRICHES; BERTUSSI, 2017).

Dentre as medidas utilizadas pelo governo brasileiro, a desoneração da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é o objeto deste estudo. Sobre este fato Sales et. al. (2011, p.1) pontua que “com a medida de política fiscal de redução do IPI o governo buscou estimular o consumo para evitar uma retração do mercado interno devido às quedas de vendas”.

Situada a crise econômica e a reação do governo brasileiro, faz-se necessário salientar a importância matéria jornalística, em todos os momentos, e em especial nos momentos de crise, posto que a matéria é o produto de um processo complexo. Sobre esse assunto Hall et al (1999, p. 224) salienta que “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”.

A mídia tem um papel central no que diz respeito à informação e à construção do conhecimento em suas diversas subáreas e mais especificamente na abordagem dos acontecimentos de economia no

Brasil. Ela possibilita uma construção massiva do conhecimento público e, por esse motivo, grande parte da sociedade contemporânea pode ser considerada “centrada na mídia” (LIMA, 2006, p. 54).

Neste contexto de desoneração fiscal concedida como salvaguarda a setores afetados pela crise eclodida em uma economia financeirizada e dominados *pelo mainstream*, este trabalho se justifica quando verificada a gravidade, que a crise econômica, iniciada com as hipotecas *subprime* em 2007, e que até então pensava-se ser doméstica americana, alcançou mundialmente em setembro de 2008. A escolha pelo objeto desoneração do IPI deu-se porque tal medida está alinhada aos pressupostos neoliberais e, portanto, está entre os temas recorrentes para o *mainstream* da economia e do jornalismo econômico contextualmente financeirizado, tornando-se importante, portanto, verificar como foi retratado o assunto nos jornais.

Ciente que o tema tratado é significativo faz-se imprescindível analisar como o tema desoneração do IPI para o período de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2010, foi identificado e contextualizado nos jornais impressos: “Folha de São Paulo”, (FSP) “O Estado de São Paulo” (ESP), “O Globo” (OG) e “Valor Econômico” (VE). Posto isso os jornais impressos brasileiros trataram a política de desoneração do IPI, de modo homogêneo?

Um dos princípios e práticas presentes no mundo atual do jornalismo é certa tendência a homogeneização de conteúdo. Bourdieu (1997, p.108) aclara que “a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emisoras de rádio ou de televisão com vasta audiência”.

Complementando, Pedroso Neto (2015, p.89-90) ao se referir à despolitização no jornalismo elucida: “Outra característica da despolitização é a tendência à homogeneização do conteúdo, isto é, os temas, os assuntos, os agentes, as práticas, as instituições e os enquadramentos veiculados são cada vez mais os mesmos, inclusive as imagens e as fontes de informação”.

Assim, esse estudo tem como objetivo geral: verificar se os jornais atuaram de forma homogênea, utilizando da análise de conteúdo categórica.

Para alcançar o objetivo geral foram cumpridos os seguintes objetivos específicos:

- realizar o levantamento empírico das matérias jornalísticas sobre a política de desoneração do IPI para o período e veículos de comunicação selecionados;
- realizar análise de conteúdo categórica para o corpus amostral e verificar se houve homogeneidade entre os jornais através das matérias jornalísticas.

Nas seções seguintes apresentaremos: a metodologia, ou seja, a análise de conteúdo categórico; bem como, os resultados obtidos através da análise de conteúdo para o conjunto dos jornais; e, finalmente, algumas conclusões sobre as contribuições e limites da pesquisa.

Metodologia

A análise de conteúdo tem como objetivo identificar os assuntos mais frequentes na cobertura jornalística da crise econômica nas matérias sobre a desoneração do IPI, ou seja, saber quais foram os temas mais relevantes abordados no *corpus* selecionado.

A análise de conteúdo é explicada por Lawrence Bardin. Segundo a autora, trata-se de

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31)

A autora explica que a análise de conteúdo é útil para pesquisas que objetivam compreender os conceitos presentes nas comunicações para além dos seus significados.

A análise de conteúdo organiza-se em três fases sequenciais:

1) a pré-análise, que é a fase da organização propriamente dita e tem o objetivo de tornar esse material operacional para a pesquisa; 2) a exploração do material, que refere-se à fase de análise com a administração das decisões tomadas; e 3) o tratamento dos resultados, constituído pela inferência e interpretação em que os resultados brutos são tratados de forma que sejam válidos e significativos (BARDIN, 1977, p. 95).

A pré-análise tem por objetivo a organização e possui cinco etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos analisados e de conhecimento do texto, tornando pouco a pouco a leitura mais precisa; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado, ou seja, a constituição de um *corpus* – essa etapa tem que ser realizada de forma exaustiva, com escolha de *corpus* com representatividade, homogêneo e pertinente; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise; e (e) preparação do material (BARDIN, 1977, p. 95-101).

Após a escolha do recorte, da leitura flutuante, se dará a análise integral de cada unidade escolhida, de forma exaustiva. Esta fase será auxiliar, conforme explicado pela autora, para formulação das hipóteses e dos objetivos, formulação de indicadores e na preparação do material.

Logo após a leitura exaustiva, para o recorte da leitura flutuante, inicia-se a próxima fase, ou seja, a exploração do material que, segundo Bardin (1977, p. 101), consiste nas operações de codificação, ou seja, “esta fase, longa e fastidiosa consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

A autora descreve que nessa segunda fase se procederá à codificação e à categorização para a análise de conteúdo categórico. No que tange à codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (BARDIN, 1977, p. 103).

Explica, ainda, que a codificação abrange três escolhas: o recorte, que nada mais é que a escolha das unidades da pesquisa; a enumeração, que é a escolha das regras de contagem, ou seja, como será a contagem do material; e a classificação e agregação, que perpassa pela formação das categorias (BARDIN, 1977, p. 104).

Dentro do processo denominado como codificação tem-se a categorização que são rubricas ou classes que agrupam elementos sob um título genérico. Logo, “a categorização consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117).

Sobre o conjunto de categorias e sua qualidade, a autora pontua tal conjunto deve possuir as seguintes qualidades: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e a fidelidade, a produtividade (BARDIN, 1977, p. 120).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados. Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Ocorre nessa fase “a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais” (BARDIN, 1977, p. 101).

Logo para este estudo utilizaremos a análise de conteúdo categórico, seguindo o especificado por Bardin para categorização dos conteúdos verificados no *corpus* e posterior análise da totalidade do *corpus* considerando as categorias elencadas.

Assim, o primeiro quesito para a definição do *corpus* perpassa pela definição dos jornais utilizados

para exploração do objeto de pesquisa. Logo, serão selecionadas as edições dos jornais citados no capítulo anterior para o período julho de 2008 a junho de 2010.

Ressalta-se que o acesso às edições dos jornais foi realizado totalmente em versões digitais que reproduzem integralmente as páginas publicadas na forma impressa. Observa-se que dos jornais escolhidos, apenas o jornal Folha de São Paulo possui, na época da pesquisa, acervo digital de seu jornal impresso totalmente livre, ou seja, sem necessidade de assinatura do veículo em questão. Para os demais veículos, fora preciso assinatura para acesso ao acervo.

Após definição desses jornais passa-se ao segundo passo, ou seja, a definição sobre os locais nas edições dos jornais onde coletou-se o material: no jornal “O Globo” a editoria de economia disposta no primeiro caderno, no jornal Folha de São Paulo a editoria Dinheiro (a partir de 23 de maio de 2010, essa editoria passa a denominar-se “Mercado”), no Jornal O Estado de São Paulo a editoria Economia e Negócios e no Jornal Valor Econômico as editorias Brasil e Especial.

Definidos os jornais e editorias, adota-se o terceiro passo para a continuidade da pesquisa, isto é, a seleção do conteúdo noticioso que possua uma das palavras-chave e termos-chave: IPI; incentivos e/ou desonerações fiscais; redução e/ou isenção e/ou desoneração de tributo e/ou imposto; alíquota zero, imposto do carro.

Para a seleção da matéria, faz-se necessário que pelo menos uma palavra-chave ou termo-chave faça-se presente nas seguintes áreas do corpo da matéria jornalística: título, linha fina, linha de apoio, lead, olho, chapéu/cartola, intertítulo e em gráficos e ilustrações. Todos os conteúdos jornalísticos das editorias dos jornais escolhidos que possuam um dos termos-chaves nos locais estipulados constituem o *corpus* da pesquisa.

Destaca-se que para a execução das análises, cada matéria jornalística selecionada fora considerada uma unidade de análise. Logo, no decorrer desta pesquisa, uma matéria de jornal terá equivalência a uma unidade de análise, sendo que esta unidade é formada por um texto principal com título acrescido ou não de elementos complementares tais como: fotos, gráficos, planilhas, tabelas etc. Após a primeira etapa, transcorre-se a leitura flutuante para definição das categorias de análise de conteúdo para posterior análise de todo o *corpus*. Logo para atender aos objetivos da pesquisa e verificar a questão-problema e a hipótese, segue-se como citado abaixo:

1. Elaboração de planilha para anotação das unidades de análise e categorias com as seguintes colunas:

- a) coluna denominada “unidade” com codificação em numeração cardinal;
- b) coluna denominada “edição” com a data da unidade de análise selecionada;
- c) coluna denominada “veículo” com a sigla que denomina o jornal escolhido;
- d) coluna denominada “análise de conteúdo” com disposição de cada categoria elaborada e codificação;

2. Após disposição de todas as unidades de análise, procede-se a leitura flutuante para elaboração das categorias.

- a) Leitura da primeira unidade de análise (codificada com o número 1).
- b) Não leitura da segunda, terceira e quarta unidade de análise (codificadas com os números 2,3,4).
- c) Leitura da quinta unidade de análise (codificada com o número 5).
- d) Repete-se a dinâmica explicitada, lendo uma unidade e pulando 3 unidades até a totalização das unidades de análise que constituem a leitura flutuante, ou seja, 25% do total do *corpus*.
- e) Durante a leitura flutuante, anota-se possíveis categorias para a análise de conteúdo.
- f) Finalizada a leitura flutuante e com as anotações, realiza-se a releitura desses 25% conforme dinâmica explicada para elaboração final das categorias de análise de conteúdo e respectiva codificação.

g) Elaborar texto com o parâmetro explicativo de cada categoria de análise de conteúdo.

1. Definidas as categorias, anota-se na planilha elaborada no tópico 1 cada código das categorias.
2. Realiza-se a leitura de todas as unidades de análise para classificá-las por categoria.

Logo, findada a elaboração da planilha, faz-se necessária a análise do resultado exposto para a metodologia aplicada ao estudo, ou seja, analisar os resultados para a análise de conteúdo para todo o corpus de pesquisa.

Análise de Conteúdo: menor homogeneidade na cobertura da política de desoneração do IPI e ausência de crítica.

Objetiva-se com esta seção apresentar os dados resultantes da pesquisa. Levando em consideração o primeiro objetivo para este estudo, levantamento empírico das matérias jornalísticas em quatro jornais brasileiros, e considerando o período estipulado e as palavras-chave, chegou-se ao montante de 453 unidades de análise, sendo 138 para o jornal FSP, 145 para o jornal ESP, 112 para o jornal OG e 58 para o jornal VE.

Logo, conforme o segundo objetivo desse estudo foram elaboradas, conforme metodologia de pesquisa, 16 categorias que estão disponibilizadas no quadro 1:

Quadro 1. Categorias para análise de conteúdo categórico

Código	Categoria	Parâmetro da Categoria
I	Desoneração do IPI	Conteúdo sobre a redução nas alíquotas do IPI para automóveis, linha branca, caminhões, construção civil etc., conforme decretos do governo para o período no intuito de estimular a economia através do aumento da produção e consumo. Nesta categoria estão conteúdos informando sobre os decretos e ainda conteúdo informando e pedindo ampliação das alíquotas desoneradas. Ex.: “queda nas alíquotas do IPI”; “alívio tributário concedido”; “IPI que era de 7% foi zerado”; “IPI caiu de 8% para 1%”; “imposto caiu pela metade de 13% para 6,5%”; “governo reduz a zero IPI de caminhões”; “nova desoneração vai gerar renúncia fiscal de IPI”.
II	Prorrogação da desoneração do IPI	Conteúdo sobre a prorrogação da redução nas alíquotas do IPI para automóveis, linha branca, caminhões, construção civil etc., conforme decretos do governo para o período, no intuito de estimular a economia através do aumento da produção e consumo. Nesta categoria estão conteúdos informando sobre a prorrogação e ainda conteúdo solicitando a prorrogação. Ex.: “prorrogação da vigência da redução do IPI”; “governo deve prorrogar a redução do IPI”; “decisão de prorrogar o desconto”; “A prorrogação da redução do IPI vai ajudar a indústria automobilística”.
III	Não prorrogação da desoneração do IPI	Conteúdo sobre a decisão de não prorrogação da redução das alíquotas do IPI após vencimento do decreto do Governo Federal. Nesta categoria estão conteúdos informando sobre a não prorrogação. Ex.: “alíquota volta ao seu patamar normal”; “fim do prazo de vigor do IPI reduzido”; “redução de impostos para veículos e eletrodomésticos não será prorrogado”.

IV	Política de desoneração do IPI sem efeito	Conteúdo que demonstra que a desoneração do IPI não produz o efeito desejado, ou seja, não estimula o setor produtivo, não detém a elevação de preços, não consegue conter as demissões e não estimula o consumo, conforme o previsto, em alguns momentos específicos. Ex.: “nem redução do IPI anima venda”; “madeira sobe 8,5% após suspensão do IPI”; “aumentos do preço podem frear impulso”; “aproveitaram redução de imposto para aumentar preço”; “corte de IPI pode ser revisto se preço não cair”.
V	Aumento da alíquota de IPI de outros produtos	Conteúdo que descreve o aumento da alíquota do IPI de cigarros e bebidas para compensar a redução de alíquota de IPI para os setores explicitados nos decretos do Governo Federal como forma de compensar a frustração de receitas provenientes dos tributos. Ex.: “aumentar a tributação sobre cigarros”; “elevando em 23,5% o IPI sobre cigarros”; “foram elevados IPI e PIS/COFINS sobre cigarros”.
VI	Solicitação de Contrapartida aos setores contemplados	Conteúdo que enfatiza a cobrança do Governo aos setores da indústria e do comércio (atacado e varejo) da contrapartida para prorrogação do IPI, em especial a manutenção e/ou aumento de empregos. Ex.: “governo quer manutenção do emprego”; “estuda pedir uma contrapartida”; “manutenção de empregos pelas montadoras”.
VII	Não repasse da redução da alíquota	Conteúdo que descreve o não repasse da redução da alíquota aos preços para o consumidor de forma integral ou ainda o repasse de alíquotas reduzidas, porém fora da proporção da nova alíquota instituída pelo decreto editado. Ex.: “preços ao consumidor caem proporcionalmente menor”; “não sofreu queda de preço no varejo”; “varejo e indústria não repassam corte do IPI”.
VIII	Dinâmica da Venda e produção dos setores contemplados	Conteúdo que demonstra a dinâmica da venda e produção de automóveis, linha branca, construção civil etc., devido à desoneração do IPI, enfatizando ainda a dinâmica para os preços após o decreto de desoneração. Ex.: “isenção de tributos eleva vendas”; “vendas de geladeiras cresceram”; “venda no varejo cresce”; “venda de carro bate recorde”; “melhor mês em vendas da história”; “substancial queda nas vendas”; “recuperação de seu ritmo de produção e vendas”.
IX	Aumento do Crédito ofertado	Conteúdo sobre o aumento do crédito ofertado no mercado em especial por causa de financiamentos dos produtos de setores contemplados pela desoneração do IPI, principalmente o setor automotivo. Ex.: “crédito para veículo cresce 11%”, “crédito das carteiras de leasing e CDC”; “crédito destinado às pessoas físicas”.
X	IPI Verde	Conteúdo específico sobre a desoneração do IPI para linha branca com selo da PROCEL (eletrodomésticos com selo Classe A), automóveis flex (utilização do etanol), estímulo à produção de carros elétricos, estímulo à energia eólica e ainda para setor de recicláveis. Ex.: “governo vai isentar os produtos reciclados”; “estimular cadeia produtiva de reciclados”; “eletrodomésticos que levam o selo PROCEL classe A”; “estímulos para produção de veículos biocombustíveis (flex)”; “benefícios aos carros elétricos”; “O IPI verde pode ser estendido”; “Eficiência energética”; “o caráter ambiental”.

XI	Arrecadação de tributos	Conteúdo sobre a dinâmica apresentada para a arrecadação de tributos, durante a vigência dos decretos de desoneração do IPI, afetando diretamente as receitas da união, dos estados e dos municípios. Ex.: “IPI menor elevou a arrecadação”; “geração total de impostos diretos também aumentou”; “Aumento da geração de impostos diretos”; “governo perdeu apenas na arrecadação do próprio IPI”; “aumento de impostos”; “perda de arrecadação”; “Arrecadação de tributos federais em maio teve queda real”; “principais tributos mostraram redução no ano”.
XII	Desoneração tributária para outros setores	Conteúdo que enfatiza a desoneração da alíquota do IPI para outros setores da economia não contemplados pelos decretos anteriores até o momento de sua entrada em vigor. Ex.: “reduzir IPI para geladeiras, fogão e máquinas de lavar”; “setor quer uma desoneração tributária”; “governo avalia reduzir IPI de móveis”.
XIII	Contencioso do crédito-prêmio do IPI	Conteúdo específico sobre demandas judiciais (contencioso) de ações de crédito-prêmio de IPI, que foi instituído em 1969, como incentivo às exportações de manufaturas. Segundo a União, o crédito-prêmio se extinguiu com a promulgação da Constituição de 1988. Porém o benefício foi utilizado até o entendimento do STJ em junho de 2007 de que o benefício terminou em 1990. A questão encontrava-se em análise pelo STF no período em questão. Ex.: “crédito concedido às empresas exportadoras”; “Direito concedido em 1969 aos exportadores”; “STF deverá apreciar a questão”; “Fisco questiona período de vigência desse incentivo”; “crédito-prêmio do IPI ainda não teve solução”; “Devolver dinheiro ao fisco”; “disputa pelo crédito-prêmio”; “maior esqueleto fiscal da história”.
XIV	Reflexos na Economia	Conteúdo que descreve explicitamente a dinâmica da economia, a taxa de crescimento econômico, a dinâmica da inflação, do emprego, da renda, da formação de preços, entre outros, devido à desoneração do IPI ou ao fim da desoneração, ou seja, traz dados estritamente econômicos e do panorama econômico durante a desoneração e após o fim da desoneração. Ex.: “crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficará entre 5% e 5,5%”; “a preocupação do Brasil é se vamos crescer demais ou não”; “o país criará mais de um milhão de empregos”; “saímos dessa crise com uma grande dívida pública”; “déficit público nominal”; “falta crédito”; “bancos voltaram a ter lucro”; “o câmbio está melhor do que estava”;
XV	Dinâmica dos estoques de produtos	Conteúdo pautado na dinâmica dos estoques nos pátios das montadoras e nas concessionárias durante a desoneração e após o fim da desoneração. Ex.: “leva de 60 a 90 dias para ser entregue”; “reforçaram estoque”; “sem produtos em estoque”.
XVI	Outros	Outros conteúdos que não estão relacionados nas categorias anteriores que mencionam o IPI conforme critérios de pesquisa, porém de formas diversas.

Fonte: Do autor (2023).

Assim, realizado o levantamento empírico e elaborada as categorias para análise de conteúdo categórica, conforme quadro 1; foram disponibilizadas as 453 matérias em planilha para a análise e a classificação de cada uma. Após, obteve-se os resultados conforme a tabela 1:

Tabela 1.Resultado da análise de conteúdo categórica

Código	Categoria	Total	FSP	ESP	OG	VE
I	Desoneração do IPI	7,7%	8%	9,7%	6,2%	5,2%
II	Prorrogação da desoneração do IPI	11%	9,4%	11%	11,6%	13,8%
III	Não prorrogação da desoneração do IPI	6,8%	7,2%	7,6%	5,4%	6,9%
IV	Política de desoneração do IPI sem efeito	3,8%	4,3%	3,4%	4,5%	1,7%
V	Aumento da alíquota de IPI de outros produtos	1,5%	2,2%	2,1%	0,9%	0%
VI	Solicitação de Contrapartida dos setores contemplados	3,8%	5,2%	3,4%	3,6%	1,7%
VII	Não repasse da redução da alíquota	1,5%	2,9%	0,7%	0,9%	1,7%
VIII	Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados	18,3%	18,1%	20,7%	19,6%	10,3%
IX	Aumento do crédito ofertado	1,3%	1,4%	0%	3,6%	0%
X	IPI Verde	4,4%	2,2%	4,8%	6,3%	5,3%
XI	Arrecadação de tributos	6%	3,6%	6,9%	1,8%	17,2%
XII	Desoneração tributária para outros setores	5,5%	8,7%	2,8%	6,3%	3,4%
XIII	Contencioso do crédito-prêmio do IPI	9,3%	9,4%	6,2%	10,7%	13,8%
XIV	Reflexos na economia	6,6%	5,8%	5,5%	9,8%	5,2%
XV	Dinâmica dos estoques de produtos	4%	1,4%	6,9%	3,6%	3,4%
XVI	Outros	8,5%	10,2%	8,3%	5,2%	10,4%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Do autor (2023).

Percebe-se, que a tabela 1 é formada pelas colunas: código da categoria para análise de conteúdo, categoria (que traz o nome da categoria), coluna total (traz a participação de cada categoria em relação às 453 unidades de análise – independente do veículo de comunicação), e uma coluna para cada jornal (participação de cada categoria em relação ao total de unidades de análise para cada jornal).

No que concerne à totalidade da amostra (todas as unidades de análise independente de veículos de comunicação), verifica-se maior concentração para a categoria VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores) com 18,3%, seguida da categoria II (Prorrogação da desoneração do IPI) com 11% e da categoria XIII (Contencioso do crédito-prêmio do IPI) com 9,3%. No outro lado do espectro da análise, observa-se menor concentração para a categoria IX (Aumento do crédito ofertado) com 1,3%, seguida da categoria V (Aumento da alíquota de IPI de outros produtos) com 1,5% e da categoria VII (Não repasse da redução da alíquota) com 1,5%.

Observa-se que a categoria VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores) está classificada na primeira posição para maior concentração entre três jornais. Tal categoria traz em seu conteúdo dados sobre produção e principalmente consumo dos produtos industrializados relacionados aos decretos de desoneração do IPI. Para essa categoria nota-se que houve maior homogeneidade entre os jornais generalistas, ou seja, FSP com 18,1%, ESP com 20,7% e OG com 19,6%. No jornal VE, especialista e dedicado a assuntos econômicos, percebe-se maior concentração na categoria XI (Arrecadação de tributos) com 17,2%, com

conteúdos relacionados à queda da arrecadação e poucas unidades relatando aumentos de arrecadação de outros impostos (por exemplo, aumento do IPVA devido ao aumento da venda de veículos devido à desoneração do IPI). Constata-se que o jornal VE destoou dos demais veículos de comunicação, possuindo, portanto, menor homogeneidade quando analisada a categoria de maior concentração por jornais.

Para a segunda posição, considerando a concentração, destaca-se a categoria II (Prorrogação da desoneração do IPI). Nota-se para esta categoria matérias sobre a prorrogação do prazo de validade dos decretos que estavam no final da vigência. Para esta categoria têm-se todos os jornais na mesma posição para a concentração, ou seja, o jornal FSP com 9,4%, jornal ESP com 11%, jornal OG 11,6% e jornal VE com 13,8%. Sendo assim, constata-se maior homogeneidade entre os jornais generalistas e o jornal especialista para a categoria em questão.

Observa-se que a categoria XIII (Contencioso do crédito-prêmio do IPI) está na terceira posição considerando a concentração. Logo, para a categoria em questão, verifica-se o jornal FSP com 9,4%, o jornal OG com 10,7% e o jornal VE com 13,8%. Depreende-se que os valores para os jornais FSP e VE são idênticos aos da categoria da segunda colocação. Salienta-se ainda que o jornal ESP destoa dos demais nessa amostra, posto que sua terceira maior concentração está na categoria I (Desoneração do IPI) com 9%, para a categoria analisada tal jornal perfaz 6,2% da amostra. Portanto nota-se maior homogeneidade para os veículos FSP, OG e VE, excetuando o jornal ESP. Contudo, ainda sobre a categoria em questão, resta esclarecer que a categoria não trata do IPI conforme tema principal da pesquisa, ou seja, ele não se encaixa na desoneração do IPI como resposta à crise econômica. Tal categoria trata do contencioso jurídico gerado pelo crédito-prêmio do IPI que foi instituído em 1969 como incentivo às exportações de manufaturas. Segundo a União, o crédito-prêmio se extinguiu com a promulgação da Constituição de 1988. Porém o benefício foi utilizado até o entendimento do STF em junho de 2007 de que o benefício terminou em 1990. A questão estava em análise pelo STF no período em questão e trazia as palavras-chave estipuladas para verificação de escolha dos conteúdos noticiosos que integraram a amostra e, desse modo, foram considerados e agrupados em categoria própria.

Quanto a menor concentração para as amostras por jornais tem-se a categoria IX (Aumento do crédito ofertado). Tal categoria traz o jornal FSP com 1,4% e os jornais ESP e VE sem concentração de matérias na categoria. Contudo, observa-se que para o jornal OG, a categoria descrita não traz a menor concentração; posto que, as categorias V (Aumento da alíquota de IPI de outros produtos) e VII (Não repasse da redução da alíquota) possuem concentração de 0,9%. Constata-se, ainda, que em valor absoluto o jornal VE tem a menor concentração nas categorias IV (Política de desoneração do IPI sem efeito) VI (Solicitação de Contrapartida dos setores contemplados) e VII (Não repasse da redução da alíquota) com 1,7% das matérias. Deste modo, para as categorias posicionadas para o critério menor concentração na amostra por jornal, verifica-se menor homogeneidade entre os quatro jornais.

Assim sendo, para as categorias posicionadas em primeira, segunda e terceira posição, por jornal; observando o critério maior concentração, é possível verificar maior homogeneidade, porém para os quatro jornais somente na segunda posição. Contudo, a partir da quarta posição para o critério escolhido, observa-se menor homogeneidade. Ainda para o outro espectro da análise, ou seja, as categorias posicionadas com menor concentração, observa-se menor homogeneidade. Portanto verificou-se maior homogeneidade para os quatro jornais apenas para a segunda posição (categoria II - Prorrogação da desoneração do IPI), observado o critério maior concentração posto que para as demais posições constata-se menor homogeneidade entre os quatro jornais.

Findada a análise para a homogeneidade, levando em consideração o posicionamento de concentração por jornal nas categorias, é possível para a análise de conteúdo categórico observar, ainda, possíveis críticas à política de desoneração do IPI e consequências negativas à economia abordadas nos conteúdos noticiosos.

No que concerne às críticas, constata-se que a categoria VII (Não repasse da redução da alíquota), composta por 7 matérias (perfazendo 1,5% do total da amostra), não traz crítica direta à política de desoneração do IPI, e sim críticas ao governo pela não fiscalização dos setores contemplados e, ainda, aos

setores por não repassarem a totalidade da desoneração da alíquota ao consumidor final. Deste total de matérias, 2,9% estão no jornal FSP, 0,7% no jornal ESP, 0,9% no jornal OG e 1,7% no jornal VE.

Sobre as críticas verifica-se ainda que a categoria VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), composta por 83 matérias (perfazendo 18,3% do total da amostra), contém 11 matérias com assuntos relacionados a consequências negativas, sendo 2 matérias relacionadas à demora da retomada das exportações para o setor automobilístico prejudicando, desta forma, a melhora nos indicadores para este setor (matéria nº 79 e nº 153), 2 matérias relacionadas à queda na venda de carros (matéria n. 218 e n. 275), 3 matérias que abordam a queda na produção de carros (matérias n. 165, nº 231 e nº 312), 1 matéria sobre a elevação do IPI inibindo produção de cigarros (matéria nº 138), 1 matéria que destaca o ritmo lento para recuperação das indústrias (matéria nº 203), 1 matéria que traz a alta nos custos de produção podendo levar à elevação do preço (matéria nº 367) e 1 matéria que salienta a falta de alguns modelos de automóveis, demonstrando que a indústria não está conseguindo atender a demanda para a esses modelos (matéria n nº 367). Pontua-se que das 11 unidades verificadas, 18,2% estão no jornal FSP, 54,5% no jornal ESP e 27,3% no jornal OG. Logo, não se verificou críticas para essa categoria e sim consequências negativas, sendo 9 abordando o consumo e a produção, 1 sobre retomada das exportações e 1 sobre alta do IPI do cigarro.

Ainda, no tocante às críticas, a categoria XIV (Reflexos na economia), composta por 30 matérias (perfazendo 6,6% do total da amostra), contém 5 matérias com assuntos relacionados às consequências negativas. Destas, 1 matéria aborda assuntos relacionados à reação da indústria em fevereiro de 2009, mas em níveis do ano de 2004 (matéria nº 43); 1 matéria destaca o recuo no uso da capacidade instalada da indústria (matéria nº 136); 1 relata sobre a eliminação de vagas de emprego durante a crise (matéria nº 209); 1 matéria aborda a dificuldade nas vendas de veículos usados (matéria nº 314) e 1 matéria salienta o aumento nos custos de produção repassados ao preço final dos veículos, em especial o custo do aço (matéria nº 389). Pontua-se, que das 5 matérias verificadas, 40% estão no jornal FSP, 40% no jornal OG e 20% no jornal ESP. Logo, não se verificou críticas para essa categoria e sim consequências negativas, 3 destacando temas relacionados à produção e consumo, 1 relacionada à eliminação de vagas de emprego e 1 sobre dificuldades para o setor de carros usados.

Similar ao observado anteriormente a categoria XV (dinâmica dos estoques de produto), composta por 18 matérias (perfazendo 4% do total da amostra), traz 3 matérias com consequências negativas relacionadas à desoneração do IPI. Destas, 1 matéria aborda o acúmulo de estoque excessivo mesmo com a desoneração do imposto (matéria nº 155); 1 matéria destaca o atraso na entrega de automóveis por falta de estoque (matéria nº 261) e 1 matéria pontua a falta de eletrodomésticos, lavadora e geladeira, para entrega imediata (matéria nº 317). Pontua-se que das 3 matérias verificadas, 33,3% está no jornal FSP, 33,3% no jornal ESP e 33,3% no jornal OG. Logo, não se verificou críticas para essa categoria e sim consequências negativas, 1 destacando acúmulo de estoque e 2 dificuldades para atender a demanda por causa da falta de produtos em estoque.

Logo, para o tema críticas constata-se que a categoria VII (não repasse da redução da alíquota) é composta em sua totalidade de matérias com críticas aos setores contemplados pelo decreto de desoneração do IPI por não repassarem a totalidade da nova alíquota ao preço final do produto. Pontua-se, portanto, que a categoria citada perfaz 1,5% do total da amostra e que a totalidade de suas matérias apresenta crítica ao assunto abordado.

Em relação às consequências negativas para a economia, constata-se sua abordagem em algumas matérias das categorias VIII (Dinâmica da venda e produção dos setores contemplados), XIV (reflexos na economia) e XV (dinâmica dos estoques de produtos). Salienta-se que apenas as categorias citadas trazem conteúdos que demonstram as consequências negativas na economia. Pontua-se ainda que 13,3% do total das matérias da categoria VII, 16,7% do total das matérias da categoria XIV e 16,7% do total de matérias da categoria XV situam-se nesse critério de análise, ou seja, trazem consequências negativas para a economia.

Logo, constatadas e analisadas as críticas e consequências negativas para a economia elen-

cadras nos parágrafos anteriores, faz-se necessário, considerando à análise de conteúdo categórico, explicar sobre a categoria XVI (outros), posto que a mesma trata de assuntos variados, porém com pouca recorrência na amostra, não sendo possível, portanto, classificar esses conteúdos nas categorias existentes e nem elaborar novas categorias para eles. Posto isso, a categoria em questão traz os seguintes conteúdos: reflexo da desoneração na produção industrial da Argentina de maneira positiva, reflexo no FPE (Fundo Petrificação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios), elevação do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) com a queda dos preços do carro, regulamentação da suspensão do contrato de trabalho, importadoras contestando novo IPI da cerveja, Banco Mundial informando que há medidas protecionistas no Brasil, antecipação do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Inter-municipal e de Comunicação) nos Estados, alta do IPI do cigarro favorecendo o contrabando do produto, corte do IPI que ajuda matriz de montadoras, carro importado ampliando sua participação no mercado brasileiro, fabricante de móvel escolar solicitando a manutenção da alíquota desonerada como alíquota definitiva, diminuição das vendas e preço de carros usados aumentando seu estoque nas revendedoras deste item, anúncio de redução de outros impostos, entre outros.

Considerações Finais

Através desse trabalho, realizou-se uma reflexão sobre a produção simbólica realizada pelo campo do jornalismo, e em especial o jornalismo de economia, para a cobertura jornalística sobre a política fiscal de desoneração do IPI adotada pelo governo brasileiro como resposta à crise econômica mundial de 2008. A desoneração aconteceu através da edição de decretos no período de julho de 2008 a junho de 2010 e a análise foi feita nos cadernos dedicados à área econômica nos jornais FSP, ESP, OG e VE. Para tal reflexão utilizou-se a análise de conteúdo categórico. Essa pesquisa procurou responder se os jornais impressos brasileiros trataram a política fiscal de desoneração do IPI de forma homogênea.

De modo geral, os jornais generalistas, considerando-se critério de maior concentração, são mais homogêneos em duas categorias: *dinâmica da venda e produção dos setores contemplados e Prorrogação da desoneração do IPI*. A primeira traz consequências na economia, a partir da desoneração do IPI abordando, demonstrando que a diminuição da alíquota do imposto produziu estímulo na demanda agregada através do aumento do consumo e conseqüente produziu aumento no nível de produção industrial e manutenção do nível de emprego. Para a segunda categoria verifica-se conteúdo informativo sobre prorrogação da desoneração, não possuindo, portanto, consequências para a economia e sim informação sobre a prorrogação dos prazos e alíquotas para os decretos.

Para o jornal especialista (VE) constatou apenas 10% de homogeneidade entre este e os demais jornais generalistas na categoria: *Prorrogação da Desoneração do IPI*. Logo o jornal especialista possui menor homogeneidade dentro da amostra em detrimento dos jornais generalistas.

Portanto, aproximadamente 30% do total das matérias produzidas e presentes em jornais generalistas possuem conteúdo homogêneo e 70% possuem conteúdo heterogêneo. E ainda, que apenas 10% da amostra possui conteúdo homogêneo entre os quatro jornais escolhidos.

A análise evidenciou baixo quantitativo de matérias para três categorias: *Aumento da Alíquota de IPI de Outros Produtos, Não Repasse da Redução da Alíquota e Aumento do Crédito Ofertado*. A primeira categoria aborda o aumento da alíquota do IPI para cigarro e bebidas para compensar a frustração de receita com a desoneração para alguns setores e especialmente o setor da linha branca (fogões, geladeiras, etc.). A segunda categoria demonstra que os consumidores finais atestaram que os preços não estavam baixando na mesma proporção da alíquota desonerada. A terceira categoria trata do aumento do crédito ofertado para o consumidor final, especialmente, para automóveis e eletrodomésticos.

Portanto o assunto abordado para as três categorias descritas anteriormente foi pouco abordado no quantitativo de matérias apenas de possuir relevância no contexto econômico. Sobre essa questão

recomenda-se estudo que verifique se o endividamento das famílias, como consequência do aumento do consumo e tomada de crédito, está relacionado a desoneração do IPI.

Recomenda-se para futuros estudos a análise, levando em consideração a metodologia dessa pesquisa, das demais políticas adotadas pelo governo brasileiro para o período de 2008 a 2010 como, por exemplo: a atuação dos bancos estatais e privados na compra de instituições em crise, a disponibilidade de recursos para o financiamento das exportações, a ampliação de recursos para o Plano SAFRA, o financiamento habitacional destinado aos setores médios, a modificação da tabela do imposto de renda para beneficiar os contribuintes de menor capacidade econômica, entre outros.

Recomenda-se ainda estudo sobre o período de desoneração do IPI no Governo da Presidente Dilma Rousseff e assim verificar qual a abordagem jornalística foi utilizada, comparando a análise de conteúdo com os resultados encontrados nesse estudo e em especial as possíveis disputas no campo do jornalismo.

Portanto, por meio da observação do *corpus* de pesquisa para o período selecionado, verificou-se menor homogeneidade, aproximadamente 30% - considerando os jornais generalistas, bem como maior heterogeneidade, 70% - considerando os mesmos jornais. Observou-se, ainda que em apenas 10% da amostra os quatro jornais pesquisados obtiveram maior homogeneidade. Ressalta-se que a homogeneidade se deu em duas categorias apenas: *dinâmica da venda e produção dos setores contemplados e prorrogação da desoneração do IPI*.

Referências

ABREU, Alzira A. de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira A. de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica A. **Mídia e Política no Brasil** – jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASILE, Sidnei. **Elementos de Jornalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luíz C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, v.23, n. 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luíz C; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Revista Economia e Sociedade**, Unicamp, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea05.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. **Revista Economia e Sociedade**, Unicamp, v.

16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642824/10376>. Acesso em: 14 maio 2018.

FERNANDES, Orlando A. **Dívida Mobiliária Pública e Financeirização da Riqueza**: uma análise das singularidades do endividamento mobiliário interno no Brasil. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285682/1/Fernandes_OrlandoAssuncao_D.pdf Acesso em: 18 dez. 2017.

FERRAZ, Fernando C. **Crise financeira global**: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FREGUETE, Lilian M.; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. **Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Financeiro das Empresas Brasileiras na Crise de 2008**. ANPAD, RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, art. 4, pp. 232-248, mar./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v19n2/1415-6555-rac-19-02-00232.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FREITAS, Maria C. P. de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. Estudos Avançados, v.23, n.66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a11v2366.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

GRÜN, R. Crise Financeira 2.0: Controlar a Narrativa & Controlar a Desfecho. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 307 – 354, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a03.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: VEJA, 1999.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A crise internacional e possíveis repercussões**: primeiras análises. Comunicado da Presidência – número 16, janeiro de 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5308/1/Comunicado_n16_Crise_an%C3%A1lises.pdf Acesso em: 02 jan. 2018.

LIMA, Venício A. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

MERCADANTE, Aloizio. **O Brasil e a Crise**: Inflexão Histórica. Senado, Brasília, julho de 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/178952/O%20Brasil%20e%20a%20crise.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 set. 2017.

PEDROSO NETO, Antonio J. Jornalismo e despolitização. **Revista Observatório**, v.01, n.2, set./dez. 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1694/8499>.

Acesso em: 12 out. 2018.

PEDROSO NETO, Antonio J; UNDURRAGA, Tomás. The Elective Affinity between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil. **Journalism Studies**, 2017. DOI: 10.1080/1461670X.2017.1334572. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670X.2017.1334572>. Acesso em: 14 out. 2018.

PULITI, Paula. **A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)**. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-26112009-15315.php> Acesso em: 03 abr. 2017.

PULITI, Paula. História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real. **Libero**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 41-50, jan./jun. de 2013. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/233>. Acesso em: 06 maio 2017.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SALES, Denise G.; SILVA, Suzana F.; FERREIRA, Marcelo M. **O impacto da política fiscal de IPI na arrecadação dos tributos Federais**. VII ENPPEX - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão - PR, 2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/ciencias_contabeis/05-cicont.pdf. Acesso em: 27 abr. 2017.

SILVA, Fábio. J. F.; FONSECA NETO, Fernando. A. Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. **Nova Economia**, UFMG, v. 24, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n2/0103-6351-neco-24-02-00265.pdf> . Acesso em: 21 dez. 2017.

TRICHES, D.; BERTUSSI, L. A. S. Multicointegração e Sustentabilidade da Política Fiscal no Brasil com Regime de Quebras Estruturais (1997-2015). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 71 n.3, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v71n3/0034-7140-rbe-71-03-0379.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

Recebido em 27 de julho 2022.

Aceito em 10 de agosto de 2022.